

9. PLANO DE CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL

9.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Plano de Controle e Monitoramento Ambiental tem como objetivo propor soluções para controlar e/ou monitorar impactos ambientais adversos gerados e/ou previsíveis aos componentes do sistema ambiental pelas ações do projeto de implantação e operação do **COMPLEXO EÓLICO PARAIPABA**. Desse modo, constituem-se em elementos básicos de planejamento e de saneamento ambiental à implantação do projeto, bem como de gerenciamento ambiental durante a fase de operação, quando do funcionamento dos aerogeradores.

Os planos e programas propostos de controle e monitoramento propostos para o empreendimento são:

- Plano de Gestão Ambiental.
- Programa de Comunicação Social.
- Programa de Educação Ambiental.
- Plano de Proteção do Trabalhador e Segurança do Ambiente de Trabalho.
- Plano Ambiental para Construção Geral.
- Programa de Preservação dos Recursos Hídricos e Paisagísticos.
- Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico.
- Programa de Controle de Desmatamento.
- Programa de Recuperação das Áreas Degradadas.
- Programa de Monitoramento da Água.
- Programa de Monitoramento do Solo.
- Programa de Monitoramento dos Ruídos.
- Programa de Monitoramento da Fauna.
- Programa de Saúde das Populações Circunvizinhas ao Empreendimento.
- Programa de Auditoria Ambiental.

- Programa de Desativação do Empreendimento.

A proposição dos planos e programas acima citados procurou atender ao disposto nos Termos de Referência N°. 1069/2010 COPAM-NUCAM, TR N° 627/2010 COPAM-NUCAM, TR N° 1049/2010 COPAM-NUCAM, TR N° 1073/2010 COPAM-NUCAM, e, sendo também incluídos aqueles julgados por esta consultoria, como sendo importantes para este tipo de obra.

9.2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

Visa promover mecanismos eficientes que garantam a execução e o controle das ações planejadas nos planos e programas ambientais e a adequada condução das obras, no que se refere aos procedimentos ambientais, mantendo-se um elevado padrão de qualidade na sua implantação e operação.

O Sistema de Gestão Ambiental, devidamente implementado, permitirá a mitigação e controle dos impactos ambientais identificados no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, através da eficiente execução e acompanhamento dos Programas Ambientais propostos, uma vez que os dados obtidos a partir deste programa serão, principalmente, provenientes de interferências causadas durante a fase de implementação do empreendimento.

O Plano de Gestão Ambiental será responsável pela criação e manutenção da estrutura gerencial do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) será norteado pelos seguintes passos principais:

- detalhamento dos programas ambientais propostos;
- elaboração dos procedimentos ambientais, após a contratação das obras, com base nas diretrizes estabelecidas;

- implementação e acompanhamento dos programas ambientais, conforme critérios previamente definidos;
- acompanhamento das ações ambientais durante o desenvolvimento das obras;
- estabelecimento e cumprimento das normas de instalação e operação de canteiros;
- estabelecimento e cumprimento de um Código de Conduta dos operários das frentes de trabalho e apoio administrativo, em especial na convivência com as comunidades locais; e,
- elaboração e aplicação de um serviço de Treinamento e Educação Ambiental para os trabalhadores.

A responsabilidade de execução do referido programa é do empreendedor. Com a estrutura de Gestão Ambiental que será proposta, será necessária a contratação de profissionais especializados que sejam designados como responsáveis pela implementação dos programas vinculados diretamente às obras, e outros pela implantação dos programas que se vinculam à obra indiretamente, e que apresentam uma interface institucional com setores da sociedade que receberá influência pela implementação do empreendimento.

9.3. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A implementação deste programa tem como objetivo principal o repasse de informações sobre as principais etapas e ações do empreendimento, estabelecendo um adequado fluxo entre o empreendedor e as comunidades circunvizinhas, proporcionando um diálogo franco e transparente, minimizando, conseqüentemente, eventuais situações de conflito.

A implantação e operação de todo e qualquer empreendimento, impacta e/ou degrada, em maior ou menor amplitude. Constitui-se hoje, uma consciência coletiva, de que o desenvolvimento econômico deve estar fundamentado numa exploração racional dos recursos naturais, gerando, por um lado, empregos e riquezas para uma região e, por outro lado, evitando, ou mesmo

minimizando, qualquer degradação, principalmente irreversíveis ao meio ambiente.

Neste contexto, a saudável inserção de um empreendimento em determinada região, pressupõe-se o perfeito entendimento da comunidade sobre as atividades que serão desenvolvidas e os benefícios econômicos e sociais dos mesmos, bem como sobre as medidas que serão adotadas para prevenir possíveis danos ambientais.

As ações que constituem este programa utilizam recursos e estratégias comunicacionais capazes de garantir a divulgação permanente das soluções empresariais adotadas para atender à diversidade de expectativas e demandas sociais emergentes, principalmente, durante o processo de implantação do empreendimento.

A principal orientação técnico-metodológica utilizada, atualmente, sugere o "agir comunicativo" como instrumento que, ao transcender o simples ato da informação e comunicação, viabiliza o diálogo. Esta modalidade de comunicação tende a privilegiar a capacidade de negociação de compromissos nos termos da formulação de parcerias, o que significa instaurar procedimentos de execução de trabalho orientado para a busca de entendimento (consenso) entre os diferentes atores.

A implementação deste programa deve ser realizada antes do início da implantação do empreendimento, durante o período de sua instalação, e estará voltado para a circulação e transparência da informação.

A implantação do Programa de Comunicação Social deverá ser realizada em duas etapas: a primeira, de caráter informativo, no período que antecede a instalação do empreendimento, bem como durante as obras; e, a segunda, voltada para a inserção do empreendimento na dinâmica social local, após o início da operação.

Para desenvolvimento e implantação do Programa de Comunicação Social deverão ser contatadas as seguintes instituições.

- Empresas contratadas para as obras e serviços dos projetos.
- Poder público municipal da área de influência.

- Entidades governamentais e não governamentais com atuação na área.
- Associações, Entidades Ambientistas e Organizações da Sociedade Civil; Instituições envolvidas com os Programas Ambientais.

A responsabilidade de execução do referido programa é da gerência do empreendimento.

9.4. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Educação Ambiental tem como objetivo fornecer instruções básicas de preservação e controle do meio ambiente aos seguintes grupos envolvidos no empreendimento: operários empregados na implantação; funcionários do empreendimento e comunidades do entorno.

A formação de uma consciência preservacionista depende não apenas da existência de um conjunto ordenado de leis, mas principalmente da concepção dos valores éticos, morais e ambientais. Dessa forma, será de grande valia para o meio ambiente da área do empreendimento a implementação de um programa de educação ambiental desenvolvido especificamente para os trabalhadores que serão absorvidos pelo projeto e comunidades.

O programa se dividirá em duas partes distintas e complementares entre si; uma voltada para os operários, no canteiro de obras e durante a construção, e outra para os funcionários, durante o funcionamento do empreendimento.

A execução do programa de educação ambiental deverá ficar a cargo da gerência do empreendimento, que deverá dispor de técnicos qualificados a realizar tais atividades, ou podendo ainda contratar serviços especializados de terceiros para sua execução, estando a execução deste programa sujeita a fiscalização dos órgãos competentes.

9.5. PROGRAMA DE PROTEÇÃO DO TRABALHADOR E SEGURANÇA DO AMBIENTE DE TRABALHO

As ações do Programa de Proteção ao Trabalhador e Segurança do Ambiente de Trabalho têm um caráter preventivo considerando que no seu escopo, o referido programa contém um conjunto de ações que objetivam evitar acidentes e/ou minimizar os danos sofridos pelo trabalhador no caso de ocorrência dos mesmos. Algumas das ações sugeridas podem ser estendidas aos visitantes do **COMPLEXO EÓLICO PARAIPABA**.

A apresentação deste programa se justifica pelo cumprimento das leis de segurança no trabalho e de proteção ao trabalhador da construção civil, bem como pelos benefícios gerados tanto ao grupo de trabalhadores envolvidos, como ao empreendimento, com a diminuição dos acidentes de trabalho e agilização de instalação das obras.

O Programa de Proteção ao Trabalhador e Segurança do Ambiente de Trabalho será consubstanciado em dois aspectos principais: o primeiro ligado à etapa de construção do empreendimento; e o segundo, condicionado ao trabalhador e seu ambiente, durante o funcionamento do mesmo.

Na etapa de construção das edificações, que será dirigida por construtoras contratadas para este fim, os empreendedores, consignam que a mesma procederá todos os cuidados devidos, em relação à segurança do trabalhador, seguindo fielmente os ditames da legislação específica.

Na etapa de construção, o empreendedor será o responsável direto por todas as normas de segurança, mesmo que venham a ser contratadas empresas especializadas independentes para as atividades citadas.

As obras civis comportarão a participação de uma ou mais de uma construtora contratada, que será responsável pelas construções e demais ações a serem executadas para instalação das Centrais Geradoras Eólicas.

Para concluir sua função, a construtora certamente contará com serviços de terceiros, no fornecimento de materiais, e possivelmente, na execução de alguns serviços específicos, cuja função especializada assim seja requerida.

Durante o funcionamento do empreendimento, o empreendedor, será o responsável direto pela proteção ao trabalhador e pela segurança do ambiente de trabalho.

9.6. PLANO AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO GERAL

No contexto dos planos relacionados às obras, o presente Plano Ambiental para Construção Geral (PAC) apresenta os critérios e técnicas ambientais a serem empregadas na construção e montagem do **COMPLEXO EÓLICO PARAIPABA**, com vistas à preservação da qualidade ambiental das áreas que vão sofrer intervenção e a minimização dos impactos sobre as comunidades locais e vizinhas, e sobre os trabalhadores.

A implantação deste empreendimento envolve uma sequência de atividades e procedimentos a serem seguidos e/ ou executados, destacando-se:

01. áreas de armazenamento de materiais;
02. alojamentos;
03. frentes de obras;
04. preparação e limpeza das frentes de trabalho;
05. abertura das frentes de trabalho;
06. disposição dos materiais a serem utilizados;
07. disposição adequada dos resíduos sólidos;
08. diretrizes básicas do código de conduta;
10. reaproveitamento da madeira;
11. disposição das árvores e dos arbustos;
12. estocagem do solo superficial orgânico (*top-soil*);
13. controle da erosão;
14. preparo e nivelamento do solo superficial; e,
15. medidas permanentes de manutenção.

9.7. PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PAISAGÍSTICOS

Considerando-se que o objetivo específico do programa é a preservação dos recursos hídricos e

paisagísticos existentes na área do empreendimento, as suas diretrizes devem se anteceder à concepção geral do empreendimento, uma vez que a distribuição e locação das estruturas das usinas eólicas devem ser feitas com base em estudos de alternativas locais, no sentido de que as alterações nos recursos hídricos e na paisagem sejam minimizadas.

De acordo com Artigo 1º da Lei N°. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que Institui o Novo Código Florestal Brasileiro, as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidades às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

A elaboração deste plano tem como suporte legal à legislação ambiental pertinente, bem como as normas de uso e ocupação do solo.

A implementação das ações deste programa ficará a encargo da empresa contratada para a implantação das obras e pelo empreendedor a quem cabe a continuidade das ações.

As ações do Programa de Preservação dos Recursos Hídricos e Paisagísticos serão implementadas durante a fase de projetos, execução das obras de implantação do empreendimento e se prolongará por tempo indeterminado para garantir a conservação dos recursos naturais locais.

9.8. PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE ARQUEOLÓGICO

Este programa visa o cumprimento da legislação pertinente ao licenciamento para a implantação do **COMPLEXO EÓLICO PARAIPABA**. De acordo com o que determina o Art. 4º da Portaria IPHAN N° 230, de 17 de dezembro de 2002, "A partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospecção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área".

Para o empreendimento em pauta foi realizado um estudo arqueológico denominado: “Projeto de Arqueologia Preventiva: Diagnóstico Arqueológico na Área de Implantação das CGE’s Alcântara, Calumbi, Ipanema e Potengi – Município de Paraipaba / CE”, desenvolvido pela empresa Arqueologia Brasileira Consultoria Ltda., sob a responsabilidade da arqueóloga Marluce Lopes da Silva.

Este estudo identificou na área diretamente afetada pelo empreendimento, significativas de ocupação humana nas áreas de influência representadas pelos sítios arqueológicos Pré-Coloniais Paraipaba I, II e III.

Em todos os sítios deverão ser realizadas ações de resgate de cultura material e coleta de dados do registro arqueológico para possibilitar a construção de inferências sobre as ocupações humanas na área a ser impactada pela instalação dos empreendimentos.

A responsabilidade pela execução deste plano é das empresas empreendedoras, podendo as mesmas firmarem convênios com universidades que atuem na atividade ou contratar empresas especializadas.

9.9. PROGRAMA DE CONTROLE DE DESMATAMENTO

O Programa de Controle de Desmatamento da área do **COMPLEXO EÓLICO PARAIPABA** tem como objetivo traçar as diretrizes do trabalho de remoção da vegetação da área de implantação das vias de acesso, pátio de manobras e base dos aerogeradores, minimizando os impactos decorrentes da ação nos componentes florísticos, faunísticos e antrópicos.

Para a implantação do empreendimento será necessária a remoção da vegetação existente na área de implantação das estruturas e vias de circulação internas. Se por um lado a remoção da vegetação é uma etapa fundamental para implantação do empreendimento, por outro se pode conduzir a ação de forma a minimizar algumas adversidades e propor compensações ambientais, além de orientar e direcionar todas as fases da ação.

O Programa de Controle de Desmatamento da área de influência direta constitui-se de uma sequência de ações, definidas a partir do conhecimento do projeto e do diagnóstico ambiental da área.

Vale salientar que o empreendedor deverá solicitar a Autorização de Desmatamento ao órgão ambiental – SEMACE, antes de iniciar qualquer procedimento com relação à retirada da vegetação da área em foco, e que somente com a emissão desta poderá dar início a essa etapa do projeto.

O empreendedor deverá contratar uma empresa especializada em desmatamento que deverá dispor de técnicos habilitados para gerenciar a ação (engenheiros florestais, biólogos, veterinários) e treinar todos os operários que trabalharão na ação. Sugere-se que sejam firmadas parcerias com as universidades da região e com empresas utilizadoras de matéria vegetal.

9.10. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS

O objetivo principal deste programa é promover a recuperação das áreas degradadas em decorrência das atividades de implantação do empreendimento, por meio da definição e especificação de técnicas para controle de processos erosivos e recomposição das áreas consideradas reabilitáveis.

O projeto do **COMPLEXO EÓLICO PARAIPABA** foi elaborado de forma a ocupar com equipamentos pontuais parte da área pleiteada para o licenciamento ambiental, ressaltando-se que o terreno comporta superfícies que se constituem em área de preservação permanente.

Em linhas gerais as ações de recuperação das áreas degradadas serão as seguintes:

- fazer a demarcação dos locais a serem trabalhados e das APP's;
- cercar a área de influência direta de cada aerogerador, recomendando-se que o cercamento seja construído acompanhando o contorno da estrada de acesso interno que permitirá acesso a cada base;
- não colocar entulhos fora da área do empreendimento, principalmente na faixa de

domínio da estrada de acesso e em terrenos de terceiros. Todo o material de descarte deverá ser imediatamente transportado para local adequado, recomendando a disposição em depósitos apropriados que deverão ser colocados no canteiro de obras;

- evitar que os operários da obra lancem resíduos sólidos nas áreas do empreendimento ou de entorno;
- controlar a formação de sulcos erosivos na superfície do tabuleiro pré-litorâneo;
- todas as áreas expostas às interferências do empreendimento deverão ser recuperadas às condições anteriores;
- todos os equipamentos pesados como carretas e guindastes deverão trafegar pelas vias internas, as quais deverão ser construídas no início das obras;
- reservar locais para depósitos de materiais no interior da área do projeto, de forma a evitar alterações na área de entorno;
- ao final da instalação de cada torre, ou de trechos das estradas de acesso interno, deverão ser procedidos os trabalhos de recuperação dos ambientes de entorno alterados com a ação;
- fazer o controle de migração e transporte de sedimentos na área de entorno do empreendimento, quando alguma ação da obra tenha provocado o acirramento ou paralisação deste processo;
- quando da desmobilização do canteiro de obras, a área utilizada deverá ser recuperada. Todas as estruturas e restos de materiais deverão ser recolhidos do local, a superfície deverá ser regularizada e protegida com cobertura vegetal;

A responsabilidade de execução do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas será das empreiteiras sob a supervisão da gerência do empreendimento.

9.11. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA ÁGUA

O monitoramento da qualidade ambiental da água subterrânea e superficial tem como objetivo

identificar alterações nas características químicas e mineralógicas, decorrentes da implantação do empreendimento. Destaca-se que na fase de operação não há previsão de alteração na qualidade destes componentes ambientais.

Durante a implantação do empreendimento serão realizadas atividades e gerados efluentes que poderão contaminar a água subterrânea e superficial, de forma que o monitoramento será de grande importância para a manutenção da qualidade destes componentes ambientais.

São etapas para o desenvolvimento do programa:

- Levantamento Prévio do Padrão de Qualidade das Águas na Área de Influência Direta do Empreendimento;
- Monitoramento;
- Parâmetros a Serem Monitorados;
- Periodicidade de Amostragem.

A execução do Programa de Monitoramento da Água deverá ficar a cargo da gerência do empreendimento, que deverá dispor de técnicos qualificados a realizar tais atividades, ou podendo ainda contratar serviços especializados de terceiros para sua execução, estando à execução deste programa sujeita a fiscalização dos órgãos ambientais competentes.

9.12. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO SOLO

O monitoramento da qualidade ambiental do solo tem como objetivo identificar alterações nas características químicas e mineralógicas, decorrentes da implantação do empreendimento. Destaca-se que na fase de operação não há previsão de alteração na qualidade deste componente ambiental.

Durante a implantação do empreendimento serão realizadas atividades e gerados efluentes que poderão contaminar o solo, da mesma forma já citado para a qualidade das águas, de forma que o monitoramento será de grande importância para a manutenção da qualidade destes componentes ambientais.

O monitoramento do solo sistemático irá verificar a ocorrência de contaminação durante a

implantação do empreendimento, sendo importante para manutenção da qualidade do solo.

São etapas para o desenvolvimento do programa:

- Levantamento Prévio do Padrão de Qualidade do Solo na Área de Influência Direta do Empreendimento;
- Monitoramento;
- Parâmetros a Serem Monitorados;
- Periodicidade de Amostragem.

A execução do Programa de Monitoramento do Solo deverá ficar a cargo da gerência do empreendimento, que deverá dispor de técnicos qualificados a realizar tais atividades, ou podendo ainda contratar serviços especializados de terceiros para sua execução, estando à execução deste programa sujeita a fiscalização dos órgãos ambientais competentes.

9.13. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS RUÍDOS

O Programa de monitoramento de Ruídos irá acompanhar os níveis de ruídos emitidos durante as fases de implantação e operação do empreendimento, fornecendo suporte para o controle dos mesmos através da aplicação de medidas mitigadoras e de controle, as quais deverão atuar diretamente na fonte emissora.

Este monitoramento torna-se de fundamental importância para a caracterização das emissões sonoras decorrentes do funcionamento dos aerogeradores, a dispersão dos ruídos, raio de abrangência, nível de incômodos à população e outros.

As medições devem seguir também as normas técnicas da CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo, L11.032 e L11.033.

O monitoramento deverá empregar a seguinte sequência de ações:

- elaboração do mapa base de detalhe da área do empreendimento para definição dos pontos de amostragem na área interna;
- definição do mapa de situação da área do empreendimento para locação dos pontos de amostragem externa;

- definição da malha de amostragem e pontos estratégicos;
- levantamento de base de dados;
- definição dos equipamentos;
- definição de métodos; e,
- definição do período do monitoramento.

A execução do programa de monitoramento do nível de ruídos deverá ficar a cargo da gerência do empreendimento, que deverá contratar técnico especializado, ficando a operação sujeita a fiscalização do órgão ambiental competente.

9.14. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA FAUNA

O Programa de Monitoramento da Fauna inclui uma série de medidas a serem adotadas antes e após a implantação do empreendimento que visa monitorar os impactos do funcionamento do **COMPLEXO EÓLICO PARAIPABA**.

Torna-se de grande importância monitorar o comportamento da avifauna e mastofauna, notadamente os quirópteros, da área do empreendimento, para definição do grau de impactância do empreendimento sobre as espécies animais identificadas e/ou relatadas na área de influência do **COMPLEXO EÓLICO PARAIPABA**.

Com o objetivo de oferecer suporte aos dados de monitoramento da fauna, recomenda-se que esta operação seja precedida de levantamentos de detalhe, visando definir parâmetros importantes para o desenvolvimento da ação, quais sejam:

- realização de inventário da avifauna e mastofauna,;
- identificação de espécies ameaçadas de extinção;
- identificação de locais de pouso, de nidificação, de alimentação e abrigo dos grupos da avifauna mais frequentes na área;
- levantamento da biocenose em função das estações do ano;
- levantamento de tradições culturais com relação a caça de animais na região.

A execução do Programa de Monitoramento da Fauna ficará sob a responsabilidade do empreendedor.

9.15. PROGRAMA DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES CIRCUNVIZINHAS

O Programa de Saúde das Populações Circunvizinhas ao Empreendimento tem por objetivo diagnosticar e monitorar os efeitos sobre a exposição humana à possíveis campos magnéticos associados à geração, transmissão, distribuição e uso de energia elétrica, considerando os limites estabelecidos na Lei Federal Nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

Passadas as adversidades da fase de implantação, o funcionamento das CGEs gerará poucos impactos ambientais adversos, posto que se trata de um processo de produção de energia ambientalmente correto, onde a matéria-prima envolvida (o vento) entra no sistema, gera energia e sai com a mesma qualidade, não havendo lançamento de efluentes para o ambiente.

Para garantir a proteção da saúde e do meio ambiente em todo o território brasileiro, deverão ser adotados os limites recomendados pela Organização Mundial de Saúde – OMS para a exposição ocupacional e da população em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, por terminais de usuário e por sistemas de energia elétrica que operam na faixa até 300 GHz.

Enquanto não forem estabelecidas novas recomendações pela Organização Mundial de Saúde, serão adotados os limites da Comissão Internacional de Proteção Contra Radiação Não Ionizante – ICNIRP, recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Os valores recomendados pela OMS e ICNIRP foram adotados pela Norma Brasileira (NBR 15415) publicada em 30 de Outubro de 2006, sendo ainda estabelecidos na referida norma metodologia e níveis de referência para exposição a campos elétricos e magnéticos de 50 Hz e 60 Hz para o público em geral, ao redor das instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A responsabilidade de execução do Programa de Saúde das Populações Circunvizinhas ao Empreendimento é dos empreendedores.

9.16. PROGRAMA DE AUDITORIA AMBIENTAL

Em linhas gerais, chama-se auditoria qualquer exame sistemático ou vistoria de caráter técnico e especializado de procedimentos de uma organização ou empreendimento. A auditoria ambiental consiste em exame sistemático, periódico, documentado e objetivo, envolvendo análises, ensaios e confirmações, de operações e práticas realizadas em uma empresa (órgão ou entidade) em relação às exigências ambientais legais, normativas e de políticas internas.

A auditoria ambiental tem por objetivo detectar e equacionar todos os problemas técnicos - ambientais, a partir da análise não só do desempenho das usinas eólio-elétricas, mas também das políticas, diretrizes e filosofias das mesmas, de seus técnicos, e de pessoas envolvidas diretamente e indiretamente no gerenciamento do projeto, encarregadas de promover o atendimento dos padrões de conformidade legal.

A realização da auditoria, independentemente da utilização que venha a ser dada aos resultados, por si só demonstrará a maturidade da empresa e de sua gerência do projeto, tendo em vista o conhecimento, mediante análise das especialidades ambientais independentes, do seu real quadro ambiental imposta pelo desenvolvimento operacional do empreendimento sobre a área que o comporta e de sua influência.

A responsabilidade de execução do Programa de Auditoria Ambiental é da gerência do empreendimento.

9.17. PROGRAMA DE DESATIVAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Programa de Desativação do Empreendimento objetiva descrever as etapas que deverão ser seguidas na desmontagem das usinas eólio-elétricas no final do período de concessão, além da

destinação final dos componentes dos aerogeradores.

Após um período de 20 anos, caso não haja renovação dos contratos firmados, as usinas eólicas serão desativadas. Assim se justifica a necessidade de se estabelecer as fases e etapas do trabalho de desativação das usinas e desmontagem dos equipamentos.

O programa de desativação será dividido em fases para facilitar o planejamento das atividades associadas a cada etapa.

- Fase 1: Testes das CGEs;

- Fase 2: Desconexão dos Sistemas Elétricos:

- 1ª Parte - Subestações Elevadoras;
- 2ª Parte - Linhas de Transmissão das Subestações Elevadoras.

- Fase 3: Desmonte das Naceles;

- Fase 4: Desmonte das Torres;

- Fase 5: Desativação Total;

O empreendedor é o responsável pela execução do Programa de Desativação do empreendedor, devendo elaborar cronograma detalhado de trabalho quando a desativação se fizer próxima.